



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO  
Assessoria Especial da Presidência para Sustentabilidade e Acessibilidade

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP (LEI 14.133/2021) 1562852**

### **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E/OU AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES E DE CONSUMO**

#### **Introdução**

ETP foi elaborado conforme:

- a ordem dos elementos indicados no § 1º Art. 18 Lei 14.133/2021 ( Nova Lei de Licitações e Contratos);
- o guia de suporte ao preenchimento de ETP 0366701, com orientações sobre conceitos, elaboração de textos e referências normativas.

Observação: conforme § 2º Art. 18 Lei 14.133/2021, ETP deverá conter ao menos os itens **I, IV, VI, VIII e XIII** e, quando não contemplar os demais, deverão ser incluídas as devidas justificativas.

#### **I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público**

A contratação de créditos de carbono revela-se necessária para viabilizar a compensação das emissões de gases de efeito estufa geradas pelas atividades institucionais no período de 2024, atendendo às diretrizes do interesse público relacionadas à sustentabilidade ambiental, à responsabilidade socioambiental e ao enfrentamento das mudanças climáticas. A medida constitui instrumento complementar às ações de mitigação já adotadas, permitindo neutralizar emissões residuais que não puderam ser evitadas ou reduzidas, em consonância com a **Resolução CNJ nº 594/2024**, que institui o Programa Justiça Carbono Zero. A ausência dessa contratação comprometeria o cumprimento das obrigações normativas impostas ao Poder Judiciário, bem como a credibilidade institucional e o alinhamento às políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

No ano de 2024 foram emitidas 474,122 toneladas de carbono na atmosfera pelas atividades da Justiça Federal da 6ª Região. Buscando a neutralidade, será realizada a compra de 475 toneladas de carbono, visto que, por prática de mercado, o valor deve ser arredondado para cima.

## **II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração**

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações 2026 do TRF6 id. 1579222

Além disso, a contratação faz parte das ações do Plano de Logística Sustentável e Plano de Descarbonização id. 1483263.

## **III - Requisitos da contratação**

## Requisitos técnicos da contratação:

A contratação deverá atender às disposições da **Lei nº 14.133/2021**, da **Resolução CNJ nº 594/2024** e às diretrizes institucionais de sustentabilidade aplicáveis ao órgão.

- Os créditos de carbono deverão ser provenientes do mercado voluntário, oriundos de projetos ambientalmente íntegros e certificados por padrões reconhecidos (VCS, Gold Standard, Plan Vivo, ou aqueles reconhecidos pelo SBCE brasileiro)
- Os créditos deverão representar reduções ou remoções de emissões reais, adicionais, mensuráveis, verificáveis, permanentes e não duplamente contabilizadas.
- Deverá ser apresentada documentação comprobatória da certificação, incluindo informações sobre a metodologia do projeto, o órgão certificador e os relatórios de validação e verificação.
- Os créditos deverão possuir rastreabilidade, com registro em plataforma ou registry reconhecido, permitindo a identificação do projeto, da quantidade adquirida e do período de geração (vintage).
- A contratação deverá incluir a aposentadoria (retirement) dos créditos de carbono em nome do TRF6 ou conforme orientação formal deste, com emissão de comprovante.
- A quantidade de créditos a ser contratada deverá ser compatível com o inventário institucional de emissões do ano de 2024.
- O contratado deverá fornecer assistência técnica de natureza documental e informacional, disponibilizando relatórios, comprovantes e esclarecimentos necessários à fiscalização e à prestação de contas.
- Os projetos devem ser localizados no território nacional, preferencialmente no Estado de Minas Gerais, sem prejuízo da economicidade e da competitividade.
- O contratado deverá observar salvaguardas socioambientais, incluindo o respeito aos direitos das comunidades envolvidas e a inexistência de conflitos socioambientais relacionados ao projeto.
- Os créditos ofertados deverão estar livres de ônus, restrições ou questionamentos que comprometam sua validade ambiental ou jurídica.
- A contratação não envolve fornecimento de bens físicos, não sendo aplicáveis requisitos de manutenção, logística reversa ou gestão de resíduos.

**IV - Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala**

Aquisição de créditos de carbono para compensação das 475 toneladas emitidas em 2024 pelo TRF6 (id. 1325161e 1483263)

#### **V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar**

O levantamento de mercado considerou as principais alternativas disponíveis para o atendimento às diretrizes de compensação de emissões de gases de efeito estufa estabelecidas pela Resolução CNJ nº 594/2024, avaliando-se soluções técnicas, operacionais e economicamente viáveis no âmbito da Administração Pública.

Foram analisadas, inicialmente, medidas de **mitigação direta das emissões**, tais como ações de eficiência energética, racionalização do consumo de recursos naturais e modernização de processos. Constatou-se, entretanto, que tais medidas, embora prioritárias e já adotadas pela instituição, não são suficientes para eliminar integralmente as emissões residuais apuradas no inventário institucional, tornando necessária a adoção de solução complementar.

A segunda alternativa considerada foi a **implementação direta de projetos de compensação**, como ações próprias de reflorestamento ou recuperação ambiental. Essa opção demanda elevado investimento inicial, disponibilidade de áreas adequadas, prazo prolongado para geração dos resultados ambientais e estrutura técnica especializada para monitoramento e comprovação das reduções de emissões, fatores que a tornam economicamente e operacionalmente menos eficiente para o atendimento tempestivo das obrigações normativas.

Por fim, avaliou-se a **aquisição de créditos de carbono no mercado voluntário**, provenientes de projetos certificados, como solução tecnicamente consolidada, amplamente utilizada por instituições públicas e privadas, que permite compensar emissões de forma imediata, mensurável e verificável. Essa alternativa possibilita a comprovação da neutralização das emissões por meio da rastreabilidade e da aposentadoria dos créditos adquiridos, com custos previsíveis e compatíveis com a realidade orçamentária do órgão.

Diante da análise comparativa das alternativas, a aquisição de créditos de carbono no mercado voluntário apresenta-se como a solução **mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e temporal**, por atender de forma eficiente às exigências da Resolução CNJ nº 594/2024, mitigar riscos institucionais de descumprimento normativo e assegurar o atendimento ao interesse público, sem prejuízo da continuidade e do aprimoramento das ações internas de mitigação de emissões.

#### **VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação**

Seguem abaixo as estimativas de contratação. É importante salientar que as estimativas de preço foram elaboradas com base exclusivamente em orçamentos que atendem integralmente aos requisitos definidos no Termo de Referência, especialmente no que se refere à aquisição de créditos de carbono provenientes de projetos com safra a partir de 2020, que apresentem impactos socioambientais mensuráveis e, preferencialmente, estejam localizados no estado de Minas Gerais. Ressalta-se que, no levantamento realizado junto ao banco de preços apenas um valor pôde ser considerado compatível com as especificações técnicas exigidas, não tendo

sido identificados outros registros que atendessem simultaneamente a esses critérios, ainda que relacionados a projetos desenvolvidos em outros estados da Federação.

Empresa	Projeto	Local do projeto	Safr (vintage)	Certificadora	Valor unitário por crédito/toneladas de carbono (R\$)	Valor total (R\$) - 475 toneladas de créditos de carbono	id.
GSS	Uberlândia Landfills I and II	Minas Gerais	2019/2020	Bold Standard	52,25	24.818,75	1587025
GSS	Horizonte ARR Carbon Project	Mato Grosso do Sul	2020/2021	Verra	85,25	40.493,75	1587025
GSS	Combio Renewable Biomass Project Três Marias	Minas Gerais	2021/2022	Verra	33,00	15.675,00	1587025
GSS	Bundled Ceramic	Pará	2020/2021	Verra	41,20	19.569,28	1587025
Future Climate Group	Rio Madeira REDD+ (conservação florestal)	Amazonas e Rondônia	2023	Verra	49,50	23.512,50	1587037
Carbon Hub	Florestal Santa Maria - REDD	Mato Grosso	2020	Verra	58,33	27.710,97	1587033
Sustainable Carbon	Cerâmica Ituiutaba - Troca de combustível para biomassa renovável	Minas Gerais	2021	Verra	42,50	20.187,50	1576148
Sustainable Carbon	Cerâmica Maracá - Troca de combustível para biomassa renovável	Minas Gerais	2021	Verra	42,50	20.187,50	1576148
Banco de Preços Públicos	Compra realizada pelo TRT-13	Não informado	Não informado	Não informado	30,50	14.487,50	1576038

**Valor estimado da contratação levando em consideração o menor preço que atende todos os requisitos do Termo de Referência: R\$ 15.675,00**

Valor médio da contratação considerando todos os orçamentos fornecidos e Banco de Preços:  
R\$ 22.960,30

## VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso

A contratação abrangerá o **fornecimento da quantidade de créditos necessária** à compensação integral das emissões residuais de 2024, bem como a **aposentadoria (retirement)** dos créditos adquiridos em nome do órgão contratante, em registro ou plataforma reconhecida.

A solução consiste na **aquisição de créditos de carbono no mercado voluntário**, oriundos de projetos ambientalmente íntegros e devidamente certificados, destinados à compensação das emissões de gases de efeito estufa apuradas no inventário institucional do período de referência, em atendimento à **Resolução CNJ nº 594/2024**.

### São necessários:

- a) realizar a cessão de direitos de créditos de carbono na quantidade e qualidade especificada no TR;
- b) Aposentação dos créditos de carbono em nome do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com emissão de comprovante que identifique a exata operação;
- c) Fornecimento de documento e informação que permita a rastreabilidade e consulta de autenticidade, validade e veracidade dos créditos de carbono objetos da aquisição;
- d) Emissão de certificado de compensação e neutralização de carbono em nome do TRF6, com a frase de registro para gravação no certificado a ser encaminhada pelo TRF6;
- e) A empresa contratada deve apresentar apenas um projeto gerador de crédito de carbono, tendo sido realizado no Brasil, em moeda nacional (R\$ real) e com projetos com status "emitidos";
- f) A empresa contratada deve apresentar projeto gerador de crédito de carbono registrado com Safra a partir de 01/01/2021, com preferência para projetos que apresentem o menor intervalo de tempo entre o ano da Safra e o Ano de Emissão;

Por se tratar de fornecimento de ativos ambientais, **não se aplica a exigência de manutenção preventiva ou corretiva**. Todavia, o contratado deverá prestar **assistência técnica de natureza documental e informacional**, consistente no fornecimento de relatórios técnicos, comprovantes de certificação, registros de aposentadoria dos créditos e esclarecimentos necessários à fiscalização contratual e à prestação de contas junto aos órgãos de controle.

## VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

Não se mostra tecnicamente recomendável o parcelamento da presente contratação, tendo em vista que a aquisição de créditos de carbono constitui **objeto único, indivisível sob o ponto de vista funcional**, destinado à compensação integral das emissões de gases de efeito estufa apuradas no inventário institucional de 2024. O parcelamento poderia comprometer a **rastreabilidade, a integridade ambiental e a comprovação da aposentadoria dos créditos**, além de dificultar o controle, o monitoramento e a prestação de contas perante os órgãos de controle.

#### **IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis**

Sob a perspectiva da economicidade, a solução adotada permite a compensação das emissões de gases de efeito estufa de forma **imediata e mensurável**, com custos previsíveis e inferiores àqueles que seriam necessários para a implementação direta de projetos próprios de compensação ambiental, os quais demandariam investimentos elevados, prazos longos de maturação e estrutura técnica especializada para implantação, monitoramento e comprovação dos resultados ambientais.

#### **X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual**

Não há.

#### **XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes**

Não há contratação correlata.

**XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável**

A contratação de créditos de carbono, por se tratar de aquisição de ativo ambiental intangível, **não gera impactos ambientais diretos relevantes**, tais como consumo de energia, utilização de recursos naturais ou geração de resíduos físicos no âmbito da execução contratual. Como medida mitigadora, será exigido que os créditos sejam provenientes de **projetos certificados por padrões reconhecidos**, que adotem salvaguardas ambientais e sociais, assegurando que as reduções ou remoções de emissões sejam reais, adicionais, mensuráveis, verificáveis e ambientalmente responsáveis.

**XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina**

Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação para **aquisição de créditos de carbono no mercado voluntário** mostra-se **adequada, necessária e proporcional** para o atendimento da necessidade identificada, por constituir solução tecnicamente viável, economicamente eficiente e compatível com os recursos disponíveis. A medida permite a compensação das emissões de gases de efeito estufa apuradas no inventário institucional, assegurando o cumprimento das diretrizes e obrigações estabelecidas pela **Resolução CNJ nº 594/2024**, sem prejuízo da continuidade das ações internas de mitigação.

A solução proposta atende ao **interesse público**, contribui para a conformidade normativa, reduz riscos institucionais de descumprimento e promove o uso racional dos recursos públicos, revelando-se, portanto, plenamente adequada para o alcance dos objetivos pretendidos pela Administração.



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Schmidt Dolci, Assistente V**, em 16/01/2026, às 13:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1562852** e o código CRC **25BB3C6F**.